

CULTURA E SOCIEDADE

DANILA BARBOSA DE CASTILHO
(ORGANIZADORA)



CULTURA E SOCIEDADE

DANILA BARBOSA DE CASTILHO
(ORGANIZADORA)



2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Lorena Prestes

Edição de Arte: Lorena Prestes

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie di Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná

Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Msc. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Msc. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Msc. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
 Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
 Prof. Msc. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
 Prof. Msc. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
 Prof^a Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
 Prof. Msc. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
 Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Prof^a Msc. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
 Prof^a Msc. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
 Prof^a Dr^a Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
 Prof. Msc. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof. Msc. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual de Maringá
 Prof. Msc. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof^a Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
 Prof^a Msc. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
 Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
 (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

C968 Cultura e sociedade [recurso eletrônico] / Organizadora Danila
 Barbosa de Castilho. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF
 Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
 Modo de acesso: World Wide Web
 Inclui bibliografia
 ISBN 978-65-86002-01-0
 DOI 10.22533/at.ed.010201402

1. Cultura. 2. Política cultural. 3. Sociedade. I. Castilho, Danila
 Barbosa de.

CDD 353.70981

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora
 Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

As manifestações culturais são uma das muitas características dos diversos grupos sociais. Assim, as produções cinematográficas, festejos, linguagens e religiosidades constituem-se de suma importância na elaboração de pensamentos críticos, identificações e difusão dos conhecimentos de um grupo.

Tais manifestações são permeadas por conflitos, disputas, percepções e experiências vividas, as quais precisam ser valorizadas em detrimento a imposição de uma cultura global, hegemônica e eurocêntrica. Pois em diversos momentos históricos as manifestações culturais populares foram, e ainda são, muitas vezes silenciadas e por vezes se refletem nos processos educacionais.

Os textos aqui apresentados nos proporcionam reflexões acerca das trajetórias de diferentes sujeitos, e nos motivam a descolonizar a cultura, o imaginário e as identidades.

Danila Barbosa de Castilho

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
“PROJETO BORA?”: UM INTENTO DE INSERÇÃO DA CIDADE DE TUCANO-BA NO TEXTO DO REGIONALISMO NORDESTINO	
Marcelo Cerqueira Cesar Filho	
DOI 10.22533/at.ed.0102014021	
CAPÍTULO 2	12
A ICONOGRAFIA NA PINTURA DE ALBERTO VALENÇA (1890-1983)	
Vera Spínola	
DOI 10.22533/at.ed.0102014022	
CAPÍTULO 3	25
PRODUÇÃO JORNALÍSTICA DE SENTIDOS SOBRE O DOCUMENTÁRIO FEVEREIROS	
Gilmar Adolfo Hermes	
DOI 10.22533/at.ed.0102014023	
CAPÍTULO 4	37
FERNANDO PESSOA ENTRE TRADIÇÃO E CONTEMPORANEIDADE	
Rafaela Favarin Somera	
DOI 10.22533/at.ed.0102014024	
CAPÍTULO 5	51
TEMPORALIDADE: IMAGEM E PODER NA <i>PROPAGANDA FIDE</i> INQUISITORIAL	
Geraldo Pieroni	
DOI 10.22533/at.ed.0102014025	
CAPÍTULO 6	65
TIRANDO O BLOCO DA AVENIDA: A CRISE NOS BLOCOS DE CARNAVAL DE RUA NO RIO DE JANEIRO E EM SALVADOR	
Diego Santos Vieira de Jesus	
DOI 10.22533/at.ed.0102014026	
CAPÍTULO 7	85
O <i>PRESIDENTE NEGRO</i> : EUGENIA EM MONTEIRO LOBATO?	
Erick Vinicius Mathias Leite	
Sônia Filiú Albuquerque Lima	
DOI 10.22533/at.ed.0102014027	
CAPÍTULO 8	95
CABILA E IJEXÁ: INTERCONEXÕES ENTRE RITMOS DE DUAS CULTURAS	
Adrian Estrela Pereira	
DOI 10.22533/at.ed.0102014028	

CAPÍTULO 9	105
ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER EM ESCOLAS PÚBLICAS DE ENSINO MÉDIO EM SÃO LUÍS	
Christianne Rose de Sousa Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.0102014029	
CAPÍTULO 10	108
REFLEXÕES SOBRE O MACHISMO NA ETNOGRAFIA DOMÉSTICA DE KARIM AÏNOUZ: O “PATRIARCADO SEM HOMENS” EM SEAMS	
Everaldo Asevedo Mattos	
DOI 10.22533/at.ed.01020140210	
CAPÍTULO 11	121
A PRESENÇA DO RACISMO NA TRAJETÓRIA DE MULHERES NEGRAS NO MUNDO DO TRABALHO: POSSÍVEIS CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA	
Taíse Dos Anjos Santos	
Taynan Alves Filgueiras	
DOI 10.22533/at.ed.01020140211	
CAPÍTULO 12	142
JOVENS NEGROS NA ESCOLA, DA EXISTÊNCIA AS REEXISTÊNCIAS: REFLEXÕES TEÓRICAS	
Maria Valdete Vitoria da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.01020140212	
CAPÍTULO 13	152
INFÂNCIA E TECNOLOGIA: PRÁTICAS DE UMA CULTURA DIGITAL	
Pedro Almeida Silva	
DOI 10.22533/at.ed.01020140213	
CAPÍTULO 14	162
DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA A INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO	
Bianca de Paula Santos	
Carmen Lúcia da Silva Santos	
DOI 10.22533/at.ed.01020140214	
CAPÍTULO 15	174
AQUARIUS: EDIFICANDO O DESCOLONIAL	
Jacqueline Gama de Jesus	
Ana Lúgia Leite e Aguiar	
DOI 10.22533/at.ed.01020140215	
CAPÍTULO 16	188
LOBO ANTUNES: UMA VOZ LUSÓFONA QUE REPRESENTA A MEMÓRIA DA GUERRA COLONIAL EM ANGOLA EM TEMPOS PÓS-COLONIAIS	
Romilton Batista de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.01020140216	

CAPÍTULO 17	197
'PORTUGALIDADE' NA(S) LUSOFONIA(S): UM CONTRASSENDO	
Vitor de Sousa	
DOI 10.22533/at.ed.01020140217	
CAPÍTULO 18	219
DA AUSÊNCIA À PRESENÇA: O EXEMPLO DO TACHO DO MUSEU GRUPPELLI, PELOTAS - RS	
Davi Kiermes Tavares	
José Paulo Siefert Brahm	
Diego Lemos Ribeiro	
Juliane Conceição Primon Serres	
DOI 10.22533/at.ed.01020140218	
CAPÍTULO 19	234
DESCOBRINDO USPANU	
Surama Sulamita Rodrigues de Lemos	
Thiago Augusto Oliveira de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.01020140219	
CAPÍTULO 20	239
PERVERSÃO: CONCEITO E CONCEPÇÕES SOBRE A PEDOFILIA	
Ivana Suely Bezerra Paiva Mello	
Ana Kalline Soares Castor	
Leda Maria Maia Rodrigues Carvalho	
Mylena Menezes de França	
Silvana Barbosa Mendes Lacerda	
Daniela Heitzmann Amaral Valentim de Sousa	
DOI 10.22533/at.ed.01020140220	
CAPÍTULO 21	253
SUBSÍDIOS TEÓRICOS PARA MENSURAÇÃO DA SEXUALIDADE EM PESQUISAS PSICOMÉTRICAS	
Alexandre de Oliveira Marques	
José Augusto Evangelho Hernandez	
DOI 10.22533/at.ed.01020140221	
CAPÍTULO 22	265
A DIVERSIDADE CULTURAL PELO OLHAR KAINGANG	
Claudio Luiz Orço	
Elizandra Iop	
DOI 10.22533/at.ed.01020140222	
SOBRE A ORGANIZADORA	280
ÍNDICE REMISSIVO	281

DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA A INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO

Data de aceite: 31/01/2020
Data de submissão: 04/11/2019

Bianca de Paula Santos

Mestranda/Universidad de La Empresa
Rio de Janeiro – Rio de Janeiro
<http://lattes.cnpq.br/4932008577140806>

Carmen Lúcia da Silva Santos

Mestranda/Universidad de La Empresa
Porto Alegre – Rio Grande do Sul
<http://lattes.cnpq.br/6948681063180804>

RESUMO: Este artigo pretende apresentar um panorama geral de como está a educação com relação à inclusão de indivíduos com deficiências e necessidades especiais. A luz de recursos como a sociologia, medicina e pedagogia, procurou-se refletir sobre os desafios e as perspectivas da inclusão na educação. A deficiência pode ser compreendida, mais especificamente, conforme a análise dos modelos médico e social. Para isso, entender o que é cultura e como a sociedade reage a essa palavra é importante. Cultura é o conjunto acumulado de símbolos, ideias e produtos materiais associados a um sistema social. Mas cultura também pode ser compreendida como a agregação de conhecimento e valores, e junto a esse sentido o termo carrega um sentido de

desigualdade e falta de oportunidade a todas as pessoas.

PALAVRAS-CHAVE: Educação especial; Inclusão; Educação inclusiva; Necessidades especiais; Legislação educacional.

CHALLENGES AND PERSPECTIVES FOR THE INCLUSION IN EDUCATION

ABSTRACT: This article intend to present a general view about the education and how is happening the inclusion of individuals with disabilities and special needs. Sociology, medicine and pedagogy tried to reflect about the challenges and perspectives of inclusion in education. Disability may be understood, more specifically, according to the analysis of the medical and social models. For that, understand what culture is and how the society reacts to this word is important. Culture is the accumulated set of symbols, ideias and material products associated with a social system. But culture also may be comprehended as the combination of knowledge and values. With that meaning, it carries a sense of inequality and lack of opportunity for all people.

KEYWORDS: Special education; Inclusion; Inclusive education; Special needs; Educational legislation.

1 | INTRODUÇÃO

A deficiência pode ser compreendida, mais especificamente, conforme a análise dos modelos médico e social. Para isso, entender o que é cultura e como a sociedade reage a essa palavra é importante.

Cultura é o conjunto acumulado de símbolos, ideias e produtos materiais associados a um sistema social. Mas cultura também pode ser compreendida como a agregação de conhecimento e valores, e junto a esse sentido o termo carrega um sentido de desigualdade e falta de oportunidade a todas as pessoas.

Contando com o auxílio do conceito de deficiência criado na visão da Organização Mundial da Saúde – OMS – e a descrição das categorias deficiência, incapacidades e desvantagens, tentou-se traçar um paralelo com as práticas pedagógicas necessárias para a introdução correta dessas pessoas no convívio escolar.

Buscamos conceituar também o que é inclusão. A partir desse significado e do entendimento do termo a construção de como isso deve acontecer uma real inclusão na prática escolar foi se tornando mais clara.

A pesquisa sobre esse tema foi se revelando mais desafiadora que o imaginado. A educação brasileira precisa de ajustes estruturais e curriculares que não só vão atender estudantes regulares como os incluídos. No que tange a formação dos educadores não foi tão aprofundado, mas é de entendimento e relevância para nós autoras, sabendo que seria necessário um estudo específico sobre o tema.

Concluimos nosso texto sem uma resposta única sobre o rumo que deverá ser tomado para que os desafios na educação especial sejam sanados. São muitas as medidas que precisam ser de fato postas em prática e as adequações estruturais nas escolas e no convívio entre as pessoas. Mas finalizamos tendo a certeza de que é uma ação necessária e urgente para que todos possam ser protagonistas de sua participação em sociedade.

2 | DESENVOLVIMENTO CONCEITUAL

Definir, conceituar ou dar significado à “cultura” é uma tarefa complexa. Podemos afirmar que nenhuma definição, conceito ou significado nasce no ponto zero. Surge da necessidade do saber, em geral, nasce de uma pergunta: “O que é?”

Um entendimento inicial sobre a cultura, segundo a antropologia, é dado por Lévi-Strauss, citado por Laraia (2006, p.54) ao dizer que “a cultura surgiu no momento em que o homem convencionou a primeira regra, ou a primeira norma.” No seu aprofundamento, Laraia continua com Lévi-Straus dizendo ser a cultura “um sistema simbólico que é uma criação acumulativa da mente humana.”

Segundo Johnson (1997, p. 59) cultura “constitui um dos principais elementos

de todos os sistemas sociais e é conceito fundamental na definição de perspectiva sociológica.” Para a formação da cultura, é preciso que haja a convivência, então, se as pessoas com deficiências não participam do todo do contexto social, elas terão dificuldades de constituir estes princípios em suas vidas. Johnson (*opcit*) afirma que a cultura se divide em cultura material e cultura não material. A cultura material compreende aquilo que é realizado, cultivado e produzido pelo homem para o seu sustento e uso, por meio de seu conhecimento adquirido. A cultura não material envolve os símbolos que integram, modelam e informam a vida do ser humano, nelas incluídas as atitudes, valores, crenças e normas da sociedade. Sem a convivência social, estes conceitos não poderão ser construídos adequadamente. Esta a razão pela qual a pertinência da inclusão se impõe desde os primeiros momentos da socialização, em particular, por meio da escola e ao longo da formação educacional, em todos os níveis.

Nesta discussão, é preciso entender que todas as pessoas, incluindo as com deficiências, percorrem o que se chama curso ou ciclo de vida, dois conceitos sociológicos básicos. Entende-se, portanto, por curso de vida, a sequência culturalmente definida que todo indivíduo percorre, partindo da sua socialização primária, no contexto familiar, ao longo de cada fase de seu desenvolvimento físico e emocional, nos diversos grupos dos quais participa. Cada estágio é ligado a tudo o que é aprendido – crenças valores, ideias, cultura – formando a personalidade do indivíduo, como também determinando a participação no processo de distribuição de vantagens e recursos da sociedade – uma vaga em determinada escola ou em uma universidade, por exemplo. Assim, subtrair a plena participação das pessoas com deficiências, deixando de propiciar a inclusão, vai interferir na sua interação social, que é o processo que ocorre quando pessoas agem reciprocamente em um contexto social. A interação parte, portanto, da capacidade de compreensão mútua, o que se dá pela convivência e, com isso, a interpretação do seu próprio comportamento (JOHNSON, 1997, p. 131). Em síntese, as pessoas só conseguem se compreender quando elas convivem, então compreendem seus símbolos, linguagens e ações.

Para o senso comum, cultura está ligada e até mesmo é sinônimo de inteligência, de uma pessoa que estudou, ou seja, privilégio de classes abastadas e frequentadoras de ambientes requintados, diferenciados daqueles que podem ser acessados diariamente e que fazem parte da vida de pessoas que são reconhecidas como “normais e comuns”. Neste sentido, a inteligência é confundida com informação. Daí quem tem a informação e sabe ou aprende a trabalhar com ela é chamado inteligente. Igualmente pelo senso comum aprendemos que ver uma pessoa bem vestida, principalmente de gravata e terno, para pessoas humildes, trabalhadores braçais, sem oportunidades de frequentar a escola, significa sucesso, poder aquisitivo, daí a dedução de que esta pessoa “é culta”, já que tem acesso a informações e privilégios.

Determinados partidos políticos, ideologias, seitas, cultos, empresas etc. se aproveitam dessa ingenuidade popular, para dar à gravata, por exemplo, uma ideia de promoção e caminho ao sucesso. Estabelecem metas para que o indivíduo possa usar

gravata, dando a impressão de ter atingido um grau elevado na hierarquia daquela organização.

Temos medo do que é diferente. Medo da outra cor de pele, de outras etnias, de outras religiões, de outros idiomas, de outros climas, de outros governos, como também das deficiências e, por consequência, daqueles que as possuem. Ao mesmo tempo queremos esconder esse medo e por isto dificultamos o acesso desses diferentes ao convívio social.

Esta realidade, brevemente considerada até aqui, se manifesta na educação e no cenário escolar, perpassando a inclusão de alunos com diversas necessidades especiais. Daí surgiu o questionamento sobre o motivo desse preconceito, desse medo de mostrar e de aceitar esse(a) aluno(a) com uma notória ou disfarçada diferença, condição esta não aceita pela sociedade, não obstante sejamos indivíduos únicos, com nossas singularidades e particularidades.

Entre crianças da pré-escola, em geral, não há problemas com a inclusão de qualquer tipo de necessidades especiais. O problema é visto entre os pais que tratam estas diferenças como doença e um possível contágio. Educadores despreparados também veem problemas na educação inclusiva sem perceber que o atendimento de necessidades especiais se impõe, seja no cenário escolar onde, senão alunos, funcionários e, mesmo, professores encontram-se nesta condição, como também é realidade presente na sociedade como um todo.

É muito difícil aceitar que conceitos e definições que foram cultivados durante muitos anos não sejam os absolutamente corretos. Como contestar uma cultura que foi passada, transformada e incorporada com o tempo procurando melhorar as vivências das novas gerações? Devemos considerar, que a cultura é influenciada por novas maneiras de pensar inerentes ao desenvolvimento do ser humano, o que possibilita a mudança de perspectiva.

Considerar a questão da inclusão é reconhecer a existência de pessoas excluídas. Esta é a realidade vista em nosso país, e também é fato presente em todo o mundo. Por esta razão, a luta pela inclusão daqueles que estão excluídos em decorrência de necessidades diversas e limitações, se impôs, ocasionando conferências e encontros, que levaram a uma ampla discussão em escala mundial, resultando em documentos, recomendações e metas a serem perseguidas pelos países representados nestes encontros.

Aí percebemos que o verdadeiro desafio da inclusão foi aceito e para vencê-lo será necessário mecanismos que permitam aos indivíduos responderem ao meio de acordo com as mudanças que nele se processam

A Conferência Mundial em Educação Especial, organizada pelo governo da Espanha na cidade de Salamanca, em cooperação com a UNESCO, em 1994 destacou que toda criança tem o direito à educação. O Brasil tem caminhado nesta direção, sendo a necessidade da inclusão uma busca em diversas áreas da sociedade e, de modo especial, na escola, já que as transformações iniciam na educação.

O conceito de inclusão escolar prevê que todas as pessoas, sem exceção, têm o direito à educação, de conformidade com o artigo 205 da Constituição Federal:

“A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.”

É ainda assegurado a igualdade de condições para acesso e permanência na escola. Isto permite que crianças sejam aceitas e tenham a possibilidade de aprender, de socializarem-se, de capacitarem-se para o mundo do trabalho, enfim para o exercício pleno da cidadania. Seguindo este entendimento, abre-se a oportunidade para que, independente de limitações, sejam elas quais forem, o indivíduo possa escrever sua própria história, sendo o protagonista de suas ações. Mas, a simples declaração de que “todos têm direito” não soluciona a questão, e nem dissipa os problemas ligados a esta determinação social, legal ou ideológica. A inclusão traz em seu bojo desafios que precisam ser enfrentados de maneira consciente e determinada.

Se tivéssemos uma real garantia legal, quando se fala em “direito de todos e dever do Estado e da família” e “com a colaboração da sociedade”, no art. 205 da Constituição Federal, não existiria um desafio a ser proposto em relação à inclusão de alunos com necessidades especiais. Quando nos referimos a todos não deveria haver exceção, não poderia ser partido ou dividido, como ocorre.

Pensar na questão da inclusão na educação básica implica, primeiramente, em reconhecer o grande desafio que ela apresenta. Segundo a ONU Brasil – ONUBR – em todo o mundo, 20% das pessoas mais pobres têm algum tipo de deficiência e 80% das pessoas com deficiência corresponde a 15% da população mundial. Considerando que a escola pública, em especial, atende, via de regra, as populações mais carentes, cabe a ela estar preparada para acolher e atender as crianças que precisam de atendimento especializado, possibilitando a sua inclusão no ambiente escolar e, por consequência, nas relações sociais.

Estamos sempre referindo situações ideais em paralelo a situações reais. A escola pública teria a obrigação de estar preparada para acolher e atender estas crianças que, além de fazerem parte de populações mais carentes, são vulneráveis primeiramente por sua idade e também por suas necessidades especiais que não as tornam pessoas incapazes como a sociedade as faz parecer.

O desafio da inclusão começa com a família, quando esta aceita a dificuldade e a enfrenta, não se conformando ou desistindo, ou ainda, aceitando como derrota e não acreditando na melhora da mudança. Sobre a família repousa a responsabilidade da manutenção financeira, dos cuidados, da busca pelo atendimento especializado, normalmente nos órgãos públicos – muitos deles ainda insensíveis à necessidade da inclusão, ou do simples respeito. Sobre a família recai, ainda, todas as exigências emocionais, o desgaste físico e a preocupação em prover a educação de suas crianças ou adolescentes com limitações em maior ou menor gravidade. E esta é uma luta diária que necessita ser vencida por todos que compõe o grupo familiar.

Há de se considerar, também, o espaço físico e geográfico que separa o aluno com necessidade especial da escola, onde diariamente precisa chegar. E precisamos considerar, ainda, que uma grande parte das pessoas que possuem necessidades especiais ou que fazem parte de um núcleo familiar com algum membro com essa necessidade especial, pertence a classe média ou baixa. Assim sendo, dependem da utilização de transporte público, vias públicas e até mesmo instituições como hospitais, escolas e centros de atendimento em seu cotidiano. E esta estrutura que se impõe, normalmente, não se apresenta totalmente preparada para responder a esta demanda, embora devamos considerar que o Estado tem o dever de reunir todas as condições para acolher o cidadão que o mantém.

Desta maneira vemos as dificuldades de acesso – transportes adequados, rampas e calçamento adaptados nas vias públicas, como também a adequação de prédios públicos e, inclusive, as escolas. Estas limitações trazem transtornos, constrangimentos e, não raro, a desistência de muitos que almejam se integrar na vida cotidiana e anseiam pelo exercício de seus direitos cidadãos. Mas é preciso enfatizar que a Lei de Diretrizes e Bases - LDB 9.394/96, assegura o Atendimento Educacional Especializado, em seu artigo 58, parágrafos primeiro e segundo:

Art. 58. *Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)*

§ 1º *Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.*

§ 2º *O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.*

O objetivo é assegurar apoio e suporte extra para que haja uma educação inclusiva efetiva.

Um desafio ainda mais fundamental que podemos salientar, aponta para a preparação do docente em meio a essa perspectiva. Educadores, com exceções, resistem em preparar-se para receber alunos com necessidades especiais. Culturalmente, estes alunos não deveriam estar em escolas regulares, não deveriam estar fora de casa e a família deveria ser a única responsável por eles.

Políticas públicas, projetos de leis ou decretos que protejam ou obriguem a inclusão de alunos especiais nas escolas, não serão suficientes e eficientes se os profissionais docentes, responsáveis pelo acolhimento e ensino, não estiverem engajados neste propósito, ou preparados para tal.

Mais uma vez, com base no Índice de Percepção do Cumprimento da Lei, da Fundação Getúlio Vargas, aqui constatamos a veracidade da afirmação de que no Brasil é cultural não cumprir leis, ainda que estas sejam perfeitas em sua forma e impraticadas na sua aplicação.

Como será possível incluir um aluno com necessidade especial se o educador não estiver habilitado para tal inclusão?

Devemos lembrar e destacar o decisivo papel político que exerce o professor na implementação e êxito de todos os projetos e iniciativas desenvolvidas no âmbito da escola, com suas repercussões e desdobramentos na vida dos alunos e seus desdobramentos na comunidade. O professor que acredita na inclusão instila nos integrantes de sua classe a naturalidade das relações de cooperação, de respeito, de companheirismo e de aceitação da diferença como parte integrante da vida em comunidade.

“Preparar os indivíduos para a vida social, pode vir a ser possibilidade de sua emancipação” (Tonet, 2005, p.218). E essa deve ser a meta da inclusão, seja na escola, seja em outros cenários. Pode-se afirmar que a emancipação desse indivíduo significa vencer o desafio em sua totalidade.

O entendimento de que educação é promover a construção da pessoa com desejo à liberdade, se mostrando capaz para produzir e usufruir dos bens culturais que a sociedade pode lhe oferecer, deve ser o empenho de docentes integrados à proposta inclusiva. Sendo assim, professores, equipe pedagógica e demais profissionais que atuam na educação básica precisam estar preparados para cumprir o seu papel, ainda que diante dos desafios que se impõem com a inclusão.

A escola inclusiva exige saberes especializados. O docente, portanto, precisa estar preparado para as múltiplas necessidades que se apresentarão – comprometimentos auditivos, visuais, comportamentais, neurológicos e motores, além das altas habilidades. Para que a vivência escolar ganhe sentido, se faz necessário reconhecer estas necessidades específicas e oferecer atendimento especializado diante delas. Para que haja este reconhecimento é que o educador deve estar preparado. Poderá haver uma especialização para o trato da necessidade especial, mas identificar sua existência é fundamental para que isto ocorra.

As perspectivas e os desafios para a inclusão na educação brasileira perpassam por problemas estruturais da sociedade.

Conforme explicita o documento do ministério da educação (MEC, 2003, p.19), que trata da educação inclusiva, a inteligência se constrói mediante a troca entre o organismo e o meio, mecanismo pelo qual se dá a formação das estruturas cognitivas, de acordo com a teoria de Piaget.

Sendo assim, pode-se supor que a dificuldade em aprender não é causada simplesmente por uma deficiência, mas em sua maioria por falta dos estímulos adequados. E estes estímulos, na escola, cabem ao educador.

Segundo o Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Defesa dos Direitos da Pessoa Portadora de deficiência – CAOIPD do Ministério Público do Estado do Paraná – deficiência pode ser conceituada como “pessoas que apresentam necessidades próprias e diferentes que requerem atenção específica em virtude de sua condição de deficiência. Genericamente também são chamados de portadores de necessidades especiais.”

Na Convenção Internacional para Proteção e Promoção dos Direitos e Dignidade

das Pessoas com Deficiência, assinada em Nova Iorque em 2007 e promulgada no Brasil em 2009, ficou decidido que o termo correto a ser utilizado seria “pessoas com deficiência”.

A deficiência pode ser compreendida, mais especificamente, à luz da análise dos modelos médico e social. De acordo com o artigo de Amiraliane *tal* (2000) tendo como base a IX assembleia da OMS, em 1976, foi estabelecida uma Classificação Internacional de deficiências, incapacidades e desvantagens.

Neste manual de classificação das consequências das doenças (CIDID), a deficiência ganha uma conceituação mais específica sobre o ponto de vista da medicina, da reabilitação e da segurança social.

Esta classificação apresenta uma forma melhor de compreender e diferenciar a necessidade especial, a partir de termos conceituados e ordenados de forma individual, sendo eles a deficiência, a incapacidade e a desvantagem.

A deficiência é entendida como a perda ou a anormalidade de funções psicológicas, fisiológicas e anatômicas, por um tempo determinado ou permanentemente. “Incluem-se nessas a ocorrência de uma anomalia, defeito ou perda de um membro, órgão, tecido ou qualquer outra estrutura do corpo, inclusive das funções mentais” (pg. 98).

A incapacidade ocorre em decorrência direta ou é a resposta do indivíduo a sua deficiência, seja ela psicológica, física, sensorial ou outra. É a limitação prática no desenvolvimento de atividades consideradas normais à pessoa. “Representa a objetivação da deficiência e reflete os distúrbios da própria pessoa, nas atividades e comportamentos essenciais à vida diária” (pg. 98).

A desvantagem se trata do

“prejuízo para o indivíduo, resultante de uma deficiência ou uma incapacidade, que limita ou impede o desempenho de papéis de acordo com a idade, sexo, fatores sociais e culturais Caracteriza-se por uma discordância entre a capacidade individual de realização e as expectativas do indivíduo ou do seu grupo social. Representa a socialização da deficiência e relaciona-se às dificuldades nas habilidades de sobrevivência” (pg. 98).

Isto posto, é possível construir as ações da criança em um meio favorável a ela, deixando-a fazer as atividades e tarefas, brincar, resolver problemas, assim como permitir que ela conheça e pense mais profundamente, com estímulos adequados.

Interpretar e compreender o mundo são coisas complexas. A deficiência torna este processo mais confuso. Por isso é tão importante que indivíduos com incapacidades tenham, desde a infância, os estímulos necessários para garantir uma qualidade de vida digna. E isto se dá por meio da educação.

Não estamos preparados para aceitar indivíduos com incapacidades, menos ainda para estimulá-los. Em culturas específicas não há espaço para indivíduos com deficiência, por conta do ambiente e da forma de sobrevivência, como por exemplo aldeias indígenas, que, inclusive, praticam o infanticídio. Evidentemente que isso não cabe em nossa sociedade, posto que aquelas motivações não existem aqui.

Os registros estatísticos da deficiência não são antigos no Brasil. Por alguns séculos, segundo Garcia (2011) a deficiência era incluída na descrição dos “miseráveis”, isto é, no conjunto dos que integravam uma camada mais desprestigiada que a dos pobres. A questão da deficiência começou a ser tratada e olhada sob outra perspectiva ainda no século XIX, em razão das guerras que resultavam em mutilações. Em 1868 foi então aberto o primeiro asilo, para cuidar dos mutilados da Guerra do Paraguai, no Rio de Janeiro. Já o Ministério da Educação e Cultura – MEC – só assumiu a educação especial, no Brasil, em 1957. E somente em 1972 foi apresentada a primeira proposta de estruturação da educação especial brasileira.

No Brasil, existem 24,5 milhões de pessoas com alguma deficiência. Deste total, 4,3 milhões (2,5% da população) possuem limitações severas, segundo o site do governo federal.

Ainda de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 45.606.048 brasileiros, 23,9% da população total, têm algum tipo de deficiência – visual, auditiva, motora e mental ou intelectual. A prevalência da deficiência variou de acordo com a natureza delas.

Outro aspecto cultural em relação às pessoas com deficiência é o mascaramento do preconceito. Costuma-se rotular as necessidades especiais com nomes que se pensa serem mais “simpáticos”, a fim de amenizar o desconforto ou mesmo a rejeição.

A deficiência visual apresentou a maior ocorrência, afetando 18,6% da população brasileira. Em segundo lugar está a deficiência motora, ocorrendo em 7% da população, seguida da deficiência auditiva, em 5,10% e da deficiência mental ou intelectual, em 1,40%. Os dados integram os resultados do Censo de 2010 e divulgados em 2012, pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

Tendo como base ainda o texto do site do governo federal, além das deficiências percebidas e confirmadas no período gestacional, ainda é preciso lembrar-se das causadas por acidentes.

No Brasil, como em muitos países, a imprudência no trânsito, por exemplo, é a principal responsável por mutilar e provocar lesões em milhares de pessoas todos os anos. Segundo o Denatran, mais de 501 mil brasileiros são vítimas não fatais de acidentes em ruas e estradas todos os anos, muitos deles ficando com lesões permanentes.

Nessa perspectiva, a criança com necessidades especiais não poderia estar em um mundo separado, afastado ou diferenciado para trabalhar o desenvolvimento de suas habilidades. É necessário que ela receba os mesmos incentivos tecnológicos, por exemplo, em constante interação com o ambiente ao qual ela pertence. Para isso se estabelecem as políticas de inclusão social.

Existem bases para alicerçar a ação em educação especial. Já citamos, como exemplo, a Conferência Mundial em educação especial, que adotou medidas para construir caminhos que permitam a real implementação das políticas, recomendações e ações governamentais que objetivam a intenção de melhorar o cenário atual.

Em conformidade com a LDB (artigo 58), a viabilidade de um atendimento educacional especializado e focado na dificuldade pessoal dos estudantes é importante e previsto por lei. Esta, porém, não substitui de forma alguma o ensino regular. Deve ser um auxílio, visando à melhor forma de ajudar na promoção do aprendizado do aluno.

Em uma simples busca na internet podemos encontrar uma definição clara sobre o que é inclusão social.

Para o Wikipédia, site acessível e de utilização popular, inclusão social é o conjunto de meios e ações que combatem a exclusão aos benefícios da vida em sociedade, provocada pelas diferenças de classe social, educação, idade, deficiência, gênero, preconceito social ou preconceitos raciais. Inclusão social é, portanto, oferecer oportunidades iguais de acesso a bens e serviços a todos.

A inaptidão e o temor ainda prevalecem nas discussões e no dia a dia das salas de aula quando se trata de inclusão. A inclusão de alunos com deficiência, incapacidades e desvantagens está além da simples autorização de sua permanência ou presença numa sala de aula regular. Incluir esses alunos significa dar a eles as condições necessárias para que possam aprender.

Neste caso, quando falamos de oportunidades iguais de acesso a bens e serviços, não estamos falando que todos devem ser tratados igualmente, já que não são realmente iguais. Queremos garantir os direitos para que todos tenham acesso e, para que isto ocorra, teremos que incluir as pessoas com necessidades especiais para que possam exercer a sua cidadania e alcançar a educação para todos que está prevista no art. 58 da Constituição Federal.

Temos falado muito sobre incluir e sobre a criação de políticas públicas para a regularização do ensino conjunto; temos discutido sobre como será feita essa adequação nas escolas, mas na realidade o que tem sido feito é pouco, a ação prática quase não se vê. Por este motivo, os desiguais não podem ser tratados igualmente.

Dentro do contexto brasileiro, o paradigma da inclusão parece encontrar suas maiores barreiras na carência de recursos e serviços que possibilitem condições favoráveis a acessibilidade das pessoas com necessidades educacionais especiais.

Pessoas com necessidades especiais continuam tendo dificuldades em exercer plenamente a sua cidadania. Nem sempre seus direitos são respeitados por alguns seguimentos sociais e determinadas instituições, que insistem em desconsiderar adequações com a finalidade de atender a todos indistintamente.

A inclusão exige atividade. O processo de ensino aprendizagem, que vai gerar no aluno o aprender a aprender, a socialização e a vivência requer participação. Mas as escolas precisam estar preparadas para acolher esses alunos. Elas precisam estar organizadas funcional e estruturalmente, além de dispor de professores e demais profissionais da área de educação com qualificações específicas.

Professores sem formação adequada, escolas sem ambientes adaptados, falta de materiais didáticos específicos para o aluno com necessidade especial, bem como

a falta de tratamento igualitário na abordagem de assuntos e atividades desenvolvidas pelos alunos com deficiência e alunos sem deficiências, são fatores que podem resultar na dificuldade da inclusão no ambiente da escola.

É também de suma importância, que o currículo escolar deva passar por uma adequação, em que haja previsão para atividades que integrem estes alunos e que consiga contemplar as necessidades destes e promover a oportunidade da inclusão.

Os educadores e colaboradores do meio escolar devem entender seu papel e função, que é a de formar indivíduos capazes de viver em sociedade e compreender seus símbolos, participando de suas funções como cidadãos que terão uma profissão e um dia também farão a diferença em algum meio social.

3 | CONCLUSÃO

Pensar em educação inclusiva e o ideal de uma escola para todos têm dado um novo rumo às expectativas da educação como um todo. A inserção de todos, sem diferenciação de condições sociais, cor, dificuldades sensoriais, cognitivas, físicas e emocionais pode dar a chance de nós, como indivíduos, melhorarmos o nosso país.

E para que tudo isto ocorra, os educadores terão que empreender esforços significativos e trabalhar para que haja uma mudança significativa na cultura da inclusão.

A educação deve sim considerar a criança e o adolescente com deficiência, não sob a ótica de indivíduos que carregam doenças, mas como cidadãos que, independentemente de suas limitações, podem realizar tarefas, contribuir para a sociedade, integrar o mundo do trabalho, produzir arte, ciência e conhecimento, sendo ativos e atuantes na sociedade que integram.

A inclusão deverá ocorrer com educadores e políticas públicas, indo além de discursos e de letras não cumpridas, compreendendo as verbas destinadas à educação e distribuídas com coerência em uma gestão comprometida com esta finalidade. As estruturas educacionais terão que receber atenção especial. Isto implica a sua estrutura física – elevadores e rampas para cadeirantes, mobília para anões, lousas antirreflexo, aparelhos esportivos para deficientes físicos e outras adaptações necessárias – como também humanas, com todo corpo docente e demais profissionais da educação envolvidos neste propósito.

Este ainda é um desafio presente e que esperamos seja alcançado com o envolvimento de toda a sociedade.

REFERÊNCIAS

Livros

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Saberes e Práticas da Inclusão: Dificuldades Acentuadas de Aprendizagem: Deficiência Múltipla**. 2. ed. rev. – Brasília: MEC, SEESP, 2003

JOHNSON, Allan G. **Dicionário de Sociologia: Guia prático da linguagem sociológica**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editora, 1997.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura um conceito antropológico**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editora, 2007.

Revistas

AMIRALIAN, Maria LT, PINTO, Elizabeth B., GHIRARDI, Maria IG, LICHTIG, Ida, MASINI, Elcie F.S. e PASQUALIN, Luiz. **Conceituando deficiência**. Revista Saúde Pública, 34 (1): 97-103, 2000 www.fsp.usp.br/rsp

Sites

BRASIL.DECRETO nº 6949, de 25 de agosto de 2009. Convenção Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, Brasília,DF, mar 2007. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm>. Acesso em 12/10/2017

Conceito de necessidade especial – acessado em 20/10/2017 as 10:13 <http://www.ppd.mppr.mp.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=41>

LDB – Leis de Diretrizes e Bases. Lei nº 9.394. 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein_9394.pdf> acessado em 26/10/2017 às 21:30

ÍNDICE REMISSIVO

A

Alberto Valença 12, 13, 16, 17, 20, 22, 23, 24

Alma 19, 37, 39, 43, 44, 45, 47, 48, 177, 219, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 232, 233, 278

Aluno 13, 142, 144, 145, 165, 167, 171

América Latina 88, 97, 109, 174, 175, 176

Aquarius 174, 175, 176, 177, 179, 182, 183, 184, 185, 186, 187

Audiovisual 1, 2, 4, 10, 109, 110, 112, 117, 179

B

Bahia 1, 2, 3, 4, 5, 10, 12, 13, 15, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 26, 31, 67, 75, 76, 80, 83, 84, 93, 95, 97, 99, 104, 107, 121, 142, 144, 152, 154, 157, 161, 174, 188, 189, 217, 219

C

Carnaval 33, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 100

Carnaval de Rua 65, 66, 67, 69, 70, 71, 72, 73, 75, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84

Clave 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104

Critérios amostrais 253

Cultura material 164, 219, 220, 228, 232, 233, 275

Cyber-infância 152, 153, 154, 155, 156, 157, 161

D

Descolonial 174, 175, 176, 179, 182, 183

E

Economia criativa 65

Educação especial 162, 163, 165, 167, 170

Educação inclusiva 162, 165, 167, 168, 172

Espírito 42, 48, 88, 190, 204, 206, 208, 209, 211, 219, 221, 222, 223, 224, 225, 228, 229, 232, 266

Eugenia 85, 86, 87, 88, 89, 91, 92, 93

F

Fernando Pessoa 37, 38, 39, 40, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48

G

Guerra Colonial 188, 189, 193, 195, 204

I

Identidade 1, 3, 9, 11, 17, 37, 38, 40, 42, 45, 72, 78, 91, 92, 104, 110, 115, 126, 127, 128, 129, 130, 136, 140, 141, 145, 146, 147, 150, 175, 181, 183, 191, 192, 195, 212, 213, 223, 233, 235, 237, 245, 256, 257, 259, 260, 261, 268, 276

Inclusão 9, 32, 41, 139, 145, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 170, 171, 172, 173
Infância virtual 152, 153, 155, 161

J

Jovens negros 142, 147, 149

L

Legislação educacional 162

Literatura 4, 30, 31, 32, 37, 38, 39, 40, 48, 49, 85, 88, 89, 93, 108, 144, 151, 174, 183, 188,
189, 190, 191, 192, 193, 195, 196, 260, 261

Literatura Brasileira 85, 174

M

Mito 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 57, 83, 201, 202, 207, 209, 210, 212

Museu Gruppelli 219, 220, 221, 226, 230

Música Afro-Brasileira 95, 97, 98

N

Necessidades especiais 162, 165, 166, 167, 168, 170, 171

O

Orientação sexual 118, 253, 254, 255, 256, 257, 260

P

Pintura Iconográfica 12

Práticas lúdicas 152, 153, 154, 156, 158, 160, 161

Psicometria 253, 255

R

Racismo 85, 86, 92, 93, 121, 122, 123, 124, 126, 128, 133, 134, 135, 136, 138, 139, 140, 143,
145, 146, 147, 150, 193

Regionalismo 1, 2, 8, 9

Relação étnico-racial 142

Relações étnico-raciais 85, 86, 151

Religião 31, 37, 42, 45, 46, 48, 49, 104, 137, 268, 270, 271, 273, 274, 276, 277

Representação 1, 16, 19, 30, 39, 40, 45, 48, 53, 59, 63, 68, 83, 86, 99, 100, 101, 102, 117,
127, 129, 144, 151, 175, 181, 188, 189, 190, 191, 195, 219, 220, 228, 269

Rio de Janeiro 10, 12, 13, 14, 18, 19, 20, 24, 35, 49, 50, 63, 65, 66, 67, 69, 70, 71, 72, 75, 77,
78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 86, 90, 112, 119, 140, 141, 161, 162, 170, 173, 183, 188, 195, 204,
233, 238, 250, 251, 253, 261, 278, 279

Ritmo Cabila 95

Ritmo Ijexá 95, 96, 100, 101

S

Salvador 3, 11, 12, 13, 15, 17, 18, 19, 20, 22, 23, 24, 43, 65, 66, 67, 69, 72, 73, 74, 75, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 93, 95, 96, 97, 100, 104, 108, 121, 122, 123, 124, 125, 135, 139, 140, 141, 151, 152, 154, 157, 161, 208, 233

Sebastianismo 37, 38, 40, 45, 46, 47, 48, 49

Sertão 1, 2, 3, 4, 8, 9

T

Tacho 219, 220, 221, 222, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232

Trauma 188, 189, 190, 191, 192, 193, 195

V

Violência 81, 105, 106, 107, 128, 139, 142, 144, 148, 149, 155, 160, 161, 179, 181, 192, 196, 206, 244, 246, 250, 252, 274

 **Atena**
Editora

2 0 2 0